



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009277-18.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **ZELIA CARLA DE AQUINO**  
 Requerido: **"Fazenda do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

**ZÉLIA CARLA DE AQUINO ARAÚJO** ajuizou **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** alegando, em sua inicial (fls. 01/20), que é professora de Educação Básica I pertencente ao quadro de magistério da Secretaria Estadual de Educação. Aduz que em 18/04/2014 sofreu um acidente automobilístico que lhe causou luxação de vértebra cervical e que em 05/11/2014 foi submetida à cirurgia para implantação de parafuso para estabilização da coluna cervical, o que a impediu permanentemente movimentar o pescoço. Alega que está afastada por tais problemas de saúde e que ao requerer licença para tratamento de saúde teve seu pedido indeferido, uma vez que deixou de comparecer à perícia médica. Justifica que não compareceu à perícia porque estava acamada e que solicitou ao DPME nova perícia, mas que até hoje não houve resposta. Sustenta que o afastamento por doença não pode ser considerado como faltas injustificadas, entretanto a ré determinou que fossem feitos descontos dos dias correspondentes ao período da licença, enquanto não houver parecer final do DPME, nos termos do parecer PA nº 95/2015. Requereu a antecipação da tutela para obstar a consignação de faltas e suspensão dos vencimentos; declaração do direito da autora não sofrer faltas ou descontos nos vencimentos enquanto não houver resposta ao pedido de nova perícia e decisão final do DPME; a anulação das faltas eventualmente consignadas e a devolução de todos os salários não pagos; suspensão imediata da cobrança do vencimento recebido de 30/03/2016 a 30/04/2016. Juntou documentos.

Às fls. 39/41 foi deferida a antecipação parcial dos efeitos da tutela de modo que a ré se abstenha de consignar faltas injustificadas, bem como de realizar desconto dos vencimentos dos dias que a autora deixou ou deixará de comparecer ao serviço enquanto não agendada nova data para realização da perícia, bem como encerrado o respectivo processo administrativo de obtenção da licença-saúde, devendo, ainda, suspender imediatamente a cobrança do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vencimento relativo ao período de 30/03/2016 a 30/04/2016, sob pena de fixação de multa diária.

Citada, a ré apresentou contestação (fls. 48/54) aduzindo que compete exclusivamente ao DPME a análise e conclusão acerca da capacidade laborativa de servidores públicos. Que a suspensão dos vencimentos foi adotada com base em Boletim Informativo, Edição de 21/03/2016 que dispõe que quando o servidor não atender à convocação de perícia médica para qualquer fim, em cumprimento ao artigo 190 da Lei nº 10.261/68, seus vencimentos serão suspensos a partir da data de não comparecimento à perícia. Que o DPME agiu em estrita obediência ao princípio da legalidade. Requereu a improcedência dos pedidos.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, I, do CPC.

O Decreto Estadual 29180/88 regulamenta as perícias médicas referentes aos funcionários, servidores e candidatos a cargos ou funções públicas da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado.

O artigo 5º, III, do referido decreto estabelece que o DPME terá entre suas atribuições realizar perícias médicas nos funcionários e servidores civis para fins de: licença para tratamento de saúde, licença ao funcionário ou servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de moléstia profissional, licença à funcionária ou servidora gestante, **readaptação**, para reassunção do exercício e cessação de readaptação, bem como na pessoa da família quando de licença por motivo de doença em pessoa da família, preferindo a decisão final (g.n.).

Constou o seguinte na convocação para realização da perícia médica:

“ZELIA CARLA DE AQUINO ARAUJO - 23971386 - Servidor convocado a comparecer no DPME sito à Avenida Prefeito Passos S/Nº-Glicério-São Paulo-SP. para realização de Pericia Médica (Readaptação Funcional) munido de prova de identidade. No ato da perícia apresentar: rol de atividades, relatórios médicos correspondentes recentes com CID-10 e exames complementares recentes, com cópia para que sejam anexadas ao prontuário. Dia: 30-03-2016 às 08:00” (Diário Oficial Poder Executivo - Seção II - [11/03/2016](#) - [Executivo II – Página 17](#)).

À fl. 32/33, documento expedido pelo Centro de Recursos Humanos, narrou-se que a convocação para a perícia agendada era para reavaliar a readaptação da servidora, ora autora, e não era perícia em virtude da servidora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

estar aguardando publicação de Licença Saúde. Foi informado, ainda, que todas as licenças saúdes pleiteadas pela autora foram concedidas.

Diante disso, cumpre esclarecer que a perícia para a qual a autora fora convocada era para reavaliar eventual readaptação funcional e não para concessão ou não da licença saúde.

A autora juntou à fl. 31 documento denominado “consulta histórico” com vários pareceres descritos: “favorável à concessão da licença pleiteada (...)”, o último datado de 13/05/2016, o que corrobora com a afirmação de que todas as licenças pleiteadas foram concedidas.

Em 08/04/2016 foi publicado o seguinte:

“ZELIA CARLA DE AQUINO ARAUJO - 23971386 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA I - Prejudicado por não comparecimento à convocação. Cabe à Unidade Administrativa a aplicação do disposto no artigo 190 da Lei 10.261/68.” (Diário Oficial Poder Executivo - Seção II - Executivo II - 08/04/2016 – página 18).

É incontroverso que a autora não compareceu à perícia no dia 30/03/2016.

O artigo 190 da Lei nº 10.261/68 prevê:

“O funcionário que se recusar a submeter-se à inspeção médica, quando julgada necessária, será punido com pena de suspensão.

Parágrafo único - A suspensão cessará no dia em que se realizar a inspeção.”

A suspensão aplicada à autora foi baseada em tal artigo, uma vez que deixou de comparecer à perícia.

Entretanto, conforme documentos anexados pela autora às fls. 26/27, no dia agendado para a primeira perícia (30/03/2016) que ocasionou a aplicação da pena de suspensão, a autora esteve em consulta médica, comprovando, portanto, a impossibilidade de estar presente na perícia agendada.

A autora não pode comparecer à perícia agendada para o dia 30/03/2016 sob alegação, posterior à data da perícia, de estar “de cama”.

Deve-se ponderar que foram concedidas licenças sucessivas durante praticamente dois anos, portanto a autora realmente suportava problemas de saúde, o que coopera para a veracidade da sua justificativa de que não pôde comparecer à perícia.

Por fim, cumpre destacar que a autora não se opôs à realização da perícia, tão somente foi impossibilitada de comparecer, uma vez que quando intimada para comparecer em nova perícia (28/09/2016), compareceu.

No dia 02/11/2016, foi publicado no Diário Oficial, caderno executivo II, fl. 20: “3985/2016 - CAAS 1417/2016 - ZELIA CARLA DE AQUINO ARAUJO - 23971386 - 1161248 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA I - SECRETARIA DA EDUCACAO - IBATE - 2 anos”


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em consulta ao histórico da autora junto ao site do DPME, observa-se que foi realizada perícia em 28/09/2016 (convocação da perícia publicada no diário oficial – caderno executivo II - dos dias 22/09/2016 à fl. 14 e 23/09/2016 à fl. 11) na qual o parecer foi favorável para a readaptação da autora pelo período de 2 (dois) anos (de 21/10/2016 a 20/10/2018).

Conclui-se, portanto, que foi realizada nova perícia médica, onde restou consignada a readaptação da autora.

Diante do exposto, não deve ser aplicada a pena de suspensão à autora, porque, por fato alheio à sua vontade, não pode comparecer à perícia agendada, e que, quando da remarcação da perícia, compareceu normalmente, portanto torna sem efeito o ato administrativo que determinou a pena de suspensão à autora, fazendo ela jus ao recebimento das eventuais quantias que deveria ter recebido e deixou de receber em decorrência do ato administrativo declarado ilegal nesta decisão, bem como que as faltas eventualmente consignadas sejam tornadas insubsistentes, fato a ser apurado em fase de cumprimento de sentença.

Ressalte-se que não se está realizando um novo juízo de discricionariedade de ato administrativo, substituindo-se o administrador, mas tão somente realizando o controle de legalidade de ato vinculado.

Logo, a tutela antecipada deve ser confirmada, porque não deve haver qualquer desconto dos vencimentos da autora ou faltas injustificadas, porque sua ausência foi justificada, sendo ilegais, portanto, a pena de suspensão bem como a cobrança do vencimento relativo ao período de 30/03/2016 a 30/04/2016.

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTES** os pedidos para confirmar a tutela antecipada de fls. 39/41, declarar a nulidade de faltas eventualmente consignadas em relação aos fatos narrados na inicial e determinar a restituição de eventuais valores que deveriam ter sido recebidos pela parte autora e não foram, no que se refere ao mencionado na exordial, com correção monetária desde a data em que os pagamentos deveriam ter sido efetuados, aplicando-se a Tabela Prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais do TJSP, por ser inaplicável a Lei n. 11.960 de 29/06/2009, ante a declaração de inconstitucionalidade parcial proclamada na ADIN 4357 – DF, bem como juros de mora, a partir da citação, no percentual aplicável à caderneta de poupança.

Diante da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado atribuído à causa, com fundamento no artigo 85, §3º, I, do CPC.

P.I.

São Carlos, 17 de novembro de 2016.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**